

ANÁLISE DA NOMEAÇÃO NO JORNALISMO:

as dissidências sexuais e de gênero na *Folha de S. Paulo*



EDER LUIS SANTANA

Universidade Federal da Bahia, Salvador – Bahia – Brasil

ORCID: 0000-0002-2647-9430

DOI: 10.25200/BJR.v16n1.2020.1238

Recebido em: 06/08/2019

Revisado em: 04/11/2019

Revisado em: 10/12/2019

Aceito em: 21/12/2019

RESUMO – Este artigo faz parte de uma pesquisa voltada a pensar a nomeação como fundamento do jornalismo. São trabalhados dois objetivos: (1) identificar como pessoas LGBTQI+¹ foram nomeadas na *Folha de S. Paulo* em diferentes contextos históricos entre os séculos XX e XXI; (2) apresentar proposta metodológica dividida em três etapas: análise de conteúdo (Bardin, 2016), observação do *framing* e das fontes e, por fim, uma análise enunciativa baseada em perspectiva foucaultiana do discurso. Foram coletados como *corpus* conteúdos publicados no mês de junho em cinco diferentes décadas: 1969, 1979, 1989, 1999 e 2009. O período determinado para seleção do material levou em consideração a Revolta de Stonewall² como marco histórico.

Palavras-chave: Nomeação. Jornalismo. LGBTQI+. Sexualidade. Gênero.

NAMING ANALYSIS IN JOURNALISM: sexual and gender dissidences in *Folha de S. Paulo*

ABSTRACT – This article is part of a research focused on naming as a foundation of journalism. Two objectives are worked out: (1) identify how LGBTQI+ people were named in *Folha de S. Paulo* in different historical contexts between the twentieth and twenty-first centuries; (2) present a methodological proposal divided into three stages: content analysis (Bardin, 2016), observation of framing and sources and, finally, an enunciative analysis based on Foucaultian perspective of discourse. It was collected as *corpus* contents published in the month of June in five different decades: 1969, 1979, 1989, 1999 and 2009. The period determined for the selection of the material took into account the Stonewall uprising as a historical landmark.

Key words: Naming. Journalism. LGBTQI+. Sexuality. Gender.

ANÁLISIS DE NOMINACIÓN EN PERIODISMO: disidencias sexuales y de género en *Folha de S. Paulo*

RESUMEN – Este artículo es parte de una investigación centrada en nominación como la base del periodismo. Se elaboran dos objetivos: (1) identificar cómo las personas LGBTQI+ fueron nombradas en *Folha de S. Paulo* en diferentes contextos históricos entre los siglos XX y XXI; (2) presentan una propuesta metodológica dividida en tres etapas: análisis de contenido (Bardin, 2016), observación de *framing* y fuentes y, finalmente, un análisis enunciativo basado en la perspectiva foucaultiana del discurso. Se recopiló como contenido del *corpus* publicado en el mes de junio en cinco décadas diferentes: 1969, 1979, 1989, 1999 y 2009. El período determinado para la selección del material tuvo en cuenta la rebelión de Stonewall como un hito histórico.

Palabras clave: Nominación. Periodismo. LGBTQI+. Sexualidad. Género.

1 Introdução

Estávamos na década de 50 do século passado quando Fraser Bond defendeu a existência de quatro fundamentos do jornalismo: informar, interpretar, orientar e entreter. O primeiro reside na obrigação de assegurar informação à sociedade, enquanto o segundo determina que o jornalismo deve oferecer “explicações, interpretações, material de base” para ajudar o “indivíduo a compreender melhor o que lê ou ouve” (Bond, 1959, p. 7).

Interpretar é a base para o terceiro fundamento: orientar, associado ao conteúdo com potencial de oferecer explicações qualificadas. O quarto é entreter, existente na dimensão híbrida entre informação e distração dos jornais com o público. Desse modo, a proposta deste artigo é propor a teorização de outro aspecto a ser pensado como fundamento do jornalismo: a nomeação.

A base teórica são autores que pensam o jornalismo e os impactos da sua produção discursiva. Defendemos a tese de que a nomeação de objetos de realidade consolida o jornalismo não apenas como instituição social legitimada para narrar o presente (Franciscato, 2005), mas também como forma de conhecimento (Park, 1972; Genro

Filho, 2012; Meditsch, 1992). Como objetos de realidade, consideramos tudo aquilo que está na relação construída entre o discurso jornalístico e o que precisa ter significado (Seixas, 2009, p. 109).

Um objetivo deste artigo é refletir sobre nomeação a partir de como a comunidade LGBTQI+ foi nomeada em diferentes períodos ao longo de 50 anos na *Folha de S. Paulo*, jornal escolhido por ser periódico de referência em destaque nos índices de verificação de circulação. A partir de um olhar diacrônico e temático, foi escolhido junho de 1969 como ponto inicial por conta da Revolta de Stonewall, evento tido como marco internacional da fase contemporânea das lutas dessa comunidade (Péret, 2012; MacRae, 2018; Facchini & Rodrigues, 2018). O diacronismo levou à coleta de dados no mesmo mês das décadas seguintes (1979, 1989, 1999, 2009), perfazendo um mapa das nomeações com elementos de cinco décadas. O segundo objetivo é propor um possível caminho metodológico às pesquisas interessadas em analisar nomeação em produtos noticiosos. O primeiro passo é a análise de conteúdo estruturada na proposta de Bardin (2016). Em seguida, é feita uma análise de enquadramento (Tuchman, 1999; Entman, 2010), sequenciada pela categorização de fontes a partir da proposta de Schmitz (2011). É executada, então, uma análise das formações enunciativas, proposta baseada em Foucault (2014) e aplicada por Fischer (2012) a partir da localização de quatro elementos: referente, sujeito, campo associado e materialidade específica.

Nomes como travesti, aidético, infectado, estranho, gay, homossexualismo, dentre outros, foram mapeados e inseridos em uma teorização que transita entre jornalismo e questões associadas às dissidências sexuais e de gênero, termo aplicado à comunidade LGBTQI+ diante das fissuras causadas à heteronormatividade³ (Colling & Nogueira, 2015). O trabalho leva em conta o conteúdo da categoria informativo (Marques de Melo, 2003). São notas, notícias, reportagens e entrevistas, sendo descartado o material opinativo.

2 Nomeação e jornalismo

Neste artigo, defendemos a complexidade do nome e do ato de nomear (a nomeação) a partir de Foucault (2016) e sua Teoria da Nomeação Generalizada, cujo pressuposto é a nomeação como elemento constitutivo da formação do saber por meio da linguagem. Ao nomear objetos de realidade, as palavras ganham a função não

apenas de indicar a existência, mas de pulverizar um conjunto de sentidos em relação ao nomeado.

Ao considerar que “o nome é o termo do discurso”, Foucault (2016) direciona nomeações como evidências da ligação entre a linguagem e as coisas. Assim, “nomear é, ao mesmo tempo, dar a representação verbal de uma representação e colocá-la num quadro geral (p. 164–166). Entre autores da comunicação, Lippmann (2010) sinalizou, na década de 20 do século passado, que a natureza da notícia parte da relação na qual o jornalista reporta ocorrências a partir de aspectos que podem ser capturados, objetivados, medidos e nomeados.

Algo similar foi sugerido por Lage (2002, p. 16) ao afirmar que eventos são ordenados pelos jornalistas não por uma sequência temporal, mas pelo processo de produção que envolve seleção, ordenação e nomeação. Ele sugere que nomear está atrelado à escolha de palavras que carreguem sentido de fácil compreensão. Outro colaborador é Franciscato (2014, p. 91) ao aproximar nomeação e noticiabilidade. O autor indica que os modos de operar a relação notícia-evento variam “em relação aos critérios que os jornalistas usam para reconhecimento e nomeação dos eventos noticiosos”.

Para Franciscato (2014, p. 107), a notícia é um “objeto sócio-histórico-cultural, vinculada a modos sociais de experimentar, delimitar, reconhecer, definir e nomear as coisas do mundo”. A nomeação opera desde o encontro inicial entre produtor de conteúdo e o evento, sua existência deriva de aspectos socioculturais determinantes às possibilidades lexicais.

Um breve estado da arte revela como a relação entre jornalismo e nomeação é uma inquietação histórica e tem sido pensada a partir de áreas como a linguística (Rajagopalan, 2003; Guimarães, 2003, 2017), semiótica (Demuru, 2016; Pereira, 2010), teoria da argumentação (Pozobon & Garcia, 2017) ou análise do discurso (Zago, 2008; Butler, 2019).

Em meados do século XX, Bush e Bullock (1952) estavam preocupados em descobrir quais sujeitos eram nomeados pelos jornais e quais funções sociais desempenhavam. Descobriram, entre outras coisas, que pessoas da classe social alta eram nomeadas em cerca de cinco vezes a sua proporção na população, em contrapartida, pessoas nas classes média e baixa eram nomeadas em cerca de metade da sua proporção.

A relação entre nomeação e fontes de informação foi verificada em pesquisas preocupadas com a credibilidade (Vultee,

2010; Duncan et al., 2019). Em Duncan et al. (2019), o objetivo era examinar como o público processa a credibilidade das notícias a partir de três características das fontes: nomeadas, não nomeadas ou identificadas por partidos políticos. Em Vultee (2010), foram analisados os nomes no processo de construção da credibilidade.

A objetividade é outro aspecto atrelado à nomeação, como em Goodman e Boudana (2016). Foram analisados, entre outros itens, o uso de identificadores como terrorista e palestino, sempre à luz da objetividade e da linguagem. Há associação dessa área com a perspectiva de formação de estereótipos, como em Serrano (2016) e Zhong et al. (2011).

O primeiro analisou nomeações para grupos armados colombianos, enquanto o segundo investigou o mesmo processo em suspeitos de terrorismo. Serrano (2016) pontuou como a imprensa trabalha o *labelling*, algo relativo à rotulação dos sujeitos. Já Zhong et al. (2011) estiveram focados na investigação das nomeações de suspeitos de terrorismo e a utilização das fontes.

A relação entre nomes e a noção de espetáculo midiático é outra vertente. Zago (2008) analisou como nomes das operações da Polícia Federal servem para pensar a cobertura midiática e as relações de trabalho da polícia. A nomeação aparece ainda como espaço de batalha urbana a partir de relações associadas à memória, aspectos políticos e questões de mercado, como nas pesquisas de Demuru (2016) e Kieling (2015). A primeira refletiu sobre a alteração de nomes de dois estádios de São Paulo, enquanto a segunda analisou como a mudança de nomeação foi “apropriada midiaticamente”, em Porto Alegre, com a alteração do nome de uma avenida, e como isso culminou em disputas no campo da memória.

Na perspectiva da linguística, Rajagopalan (2003, p. 82) parte da cobertura de guerra para mostrar como nomear tem relação com poder, pois “os nomes não passam de meras ‘etiquetas’ identificadoras de objetos”. Logo, “é preciso pensar além da semântica dos nomes próprios para encarar o fenômeno de nomeação como um ato eminentemente político”.

O autor sustenta que “no uso político de nomes e de apelidos consiste o primeiro passo que a mídia dá no sentido de influenciar a opinião pública a favor ou contra personalidades e acontecimentos noticiados” (p. 82).

Sabemos que toda notícia, toda reportagem jornalística, começa com um ato de designação, de nomeação. Aliás, a própria gramática tradicional nos ensina que é preciso primeiro identificar o sujeito da frase para então dizer algo a respeito

ou, equivalentemente, predicar alguma coisa sobre o sujeito já identificado. É preciso, primeiro, nomear, para então dizer algo a respeito do objeto no mundo assim designado. (Rajagopalan, 2003, p. 84).

Ainda na linguística, Guimarães (2017, p. 12) define nomeação como “o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome”, e sua existência será parte do complexo processo de designação, que consiste na significação de um nome enquanto algo atrelado às relações de linguagem exposta ao real dentro dos contextos históricos.

Dar nome a algo [...] é dar-lhe existência histórica. Não é trivial a velocidade com que uma data, 11 de setembro de 2001, passou rapidamente para a categoria do nome de um acontecimento. E enquanto nome apresenta-se sob a forma condensada 11 de setembro, inclusive em sintagmas nominais correntes como o 11 de setembro. O nome aí aparece como um modo incontornável de erigir algo em acontecimento da história. (Guimarães, 2003, p. 54).

A semântica prevê a existência de dois elementos associados à nomeação: os falantes e os espaços de enunciação. Os falantes são figuras políticas construídas nos espaços de enunciação, ambientes políticos nos quais há organização e distribuição de papéis, além de conflitos (Guimarães, 2017). Desse modo, produtos jornalísticos são espaços de enunciação colaboradores na formação de falantes.

3 Jornalismo e a pauta LGBTQI+

Pautas ligadas à comunidade LGBTQI+ foram inseridas no jornalismo a partir dos movimentos sociais articulados nas décadas de 50 e 60 (após a Segunda Guerra Mundial). Os principais “*civil rights movements*” eram conduzidos por militantes negros, feministas e ativistas LGBTQI+⁴, que deram início a protestos, marchas e discussões gradativamente inseridos nos veículos de massa norte-americanos. No caso LGBTQI+, a disputa midiática tinha dois lados: (1) militantes pautando temas como casamento, adoção e não criminalização da homossexualidade; (2) a ala conservadora e religiosa na defesa da moral e dos costumes (Fejes, 2008).

Fejes (1993) traça o histórico dessas pautas em filmes, televisão, notícias, pornografia e no marketing. No caso das notícias, antes da década de 1960, a homossexualidade raramente era citada

de modo explícito. Muitas histórias de crimes e violência eram relatos disfarçados com homossexuais, como os homens que agrediam e roubavam clientes no mercado do sexo. Quando a homossexualidade era discutida, aparecia como doença, perversão ou crime (p. 402).

No final dos anos 1970, a cobertura dos jornais dava sinais de mudança, a depender da linha editorial e do modelo de gestão. O *New York Times*, por exemplo, optava pela nomeação homossexual ao invés de gay, em defesa da condição “mais clínica do termo”. Em paralelo, era fortalecida a mídia alternativa feita pela e para comunidade LGBTQI+ (Fejes, 1993, p. 402).

Na década de 80, com o HIV/Aids associado à suposta promiscuidade dos gays, jornais tiveram que lidar com a crescente comunidade LGBTQI+. Em 1983, médicos sugerem que a Aids é transmitida não apenas por contatos homossexuais e os jornais passam a encarar o assunto como epidemia (Fejes, 1993, p. 403).

Entre outras coisas, a epidemia afetou dramaticamente as atitudes das organizações de mídia sobre pautas de gays e lésbicas e funcionários abertamente gays e lésbicas. As instituições midiáticas eram tradicionalmente reconhecidas como homofóbicas (Pierson, 1982); até os anos 80, era raro um jornalista, editor, locutor, ator ou produtor de cinema ser abertamente gay ou lésbica. (Fejes, 1993, p. 404, tradução nossa³).

No Brasil, até o início da década de 60, a homossexualidade era retratada “satirizando figuras públicas, principalmente por meio de charges e ilustrações, ou divulgando fatos policiais envolvendo homossexuais e travestis” (Péret, 2011, p. 11). Com o governo de repressão e censura (1964–1985), surge a imprensa alternativa voltada às críticas ao capitalismo, à igreja e aos costumes e moralidade da classe média. Nasce, então, jornais como *O Pasquim* (1969–1991) e *Lampião da Esquina* (1978–1981), contribuindo para inserção de temas da sexualidade no “vocabulário de jornalistas e leitores” (p. 35).

A cobertura estigmatizada do HIV/Aids reverberou no Brasil até que, na década de 90, o movimento LGBTQI+ buscou visibilidade positiva. Nesse período, a mídia teve papel crucial (Facchini, 2010). Hoje, pautas LGBTQI+ incluem novos protagonistas, como transexuais e travestis, e a inserção na mídia motiva pesquisas que analisam como o jornalismo contribui para inclusão ou exclusão dessa comunidade (Carvalho, 2012; Fejes, 1993, 2008; Leal & Carvalho, 2012; Moritz, 2010; Ribeiro, 2010; Sahim, 2018; Santana, 2018).

4 Metodologia

Para pensar a nomeação no jornalismo, é proposto um caminho metodológico em três etapas: (1) análise de conteúdo (AC); (2) localização de enquadramentos (*frames*) e fontes; (3) análise enunciativa. O primeiro passo parte das três fases propostas por Bardin (2016) para a AC: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos e interpretação. A pré-análise consiste na “escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final”.

O segundo momento é a sistematização do conteúdo para termos resultados que levem às proposições de interpretações. Como método que funciona “em parceria com outras técnicas de investigação” (Fonseca Júnior, 2015, p. 285), a AC é seguida pela identificação de *frames* e fontes.

A noção de enquadramento emerge na década de 70, baseada no conceito de *frame* do sociólogo Ervin Goffman, com foco no processo de construção de sentido nos eventos cotidianos. Com a noção de *frame* trazida à comunicação, essa dimensão é posta em diálogo com dinâmicas de produção do conteúdo (Tuchmann, 1999). É por meio do *frame* que os meios de comunicação introduzem determinados modos de encarar um fato agendado pela mídia, tornando possível ativar processos de leitura da realidade que levam a audiência a pensar, sentir e tomar atitudes a partir de determinados enquadramentos (Entman, 2010).

No âmbito das fontes, foi selecionada a proposta de Schmitz (2011) para categorização. Leva-se em conta a quantidade de categorias para suporte da análise a partir da sua matriz de tipificação baseada em cinco parâmetros (categoria, grupo, ação, crédito e qualificação). É explorada, neste trabalho, a categorização a partir do parâmetro grupo, sendo delimitadas fontes de oito tipos: oficial, empresarial, institucional, popular, notável, testemunhal, especializada e referencial.

A oficial se pronuncia por meio de órgãos mantidos pelo Estado diante da função ou cargo público. A empresarial representa uma corporação da indústria, comércio, serviços ou do agronegócio. A institucional atua em prol de uma organização sem fins lucrativos ou grupo social. A fonte popular se posiciona por conta própria, sem vínculo com organização ou grupo social.

Em seguida, a fonte notável é reconhecida “pelo seu talento ou fama, geralmente artistas, escritores, esportistas, profissionais liberais, personalidades políticas, que falam de si e de seu ofício”. A seguinte é a testemunhal, o sujeito responsável por contar seu testemunho. A fonte especializada é a possuidora de “notório saber específico (especialista, perito, intelectual) ou organização detentora de um conhecimento reconhecido”, e a fonte de referência é ligada à “bibliografia, documento ou mídia que o jornalista consulta” (Schmitz, 2011, p. 26–27).

A última etapa é a análise enunciativa a partir da proposta aplicada por Fischer (2012) com base em noções discursivas foucaultianas. A pesquisadora localiza quatro elementos em uma análise das formações enunciativas: referente, sujeito, campo associado e materialidade específica. O referente é algo que identificamos de imediato no enunciado, um princípio de diferenciação. O sujeito se refere a “posição” a ser ocupada, “alguém que pode efetivamente afirmar” o que é trazido no enunciado.

O campo associado representa a coexistência com outros enunciados. É o discurso médico, religioso ou pedagógico, outra estrutura do saber que, por meio das relações de poder, determina o discurso. E temos a materialidade, com a iminência do dito estar registrado de forma concreta em outras modalidades enunciativas, como atas, pronunciamentos e obras literárias.

Descrever um enunciado, portanto, é dar conta dessas especificidades, é apreendê-lo como acontecimento, como algo que irrompe num certo tempo, num certo lugar. O que permitirá situar um emaranhado de enunciados numa certa organização é justamente o fato de eles pertencerem a uma certa formação discursiva. Se, ao demarcar uma formação discursiva, revelamos algo dos enunciados, quando descrevemos enunciados, procedemos à individualização de uma formação discursiva. (Fischer, 2012, p. 78).

Os enunciados nos jornais são individualizações de determinada formação discursiva. Não são unidade, e, sim, parte do regime de materialidade evidenciado em determinado tempo e espaço. Como afirma Foucault (2014, p. 128), o “enunciado circula, serve, se esquia, permite ou impede a realização de um desejo, é dócil ou rebelde a interesses, entra na ordem das contestações e das lutas, torna-se tema de apropriação ou rivalidade”.

4 1 Constituição do *corpus*

A análise das nomeações começa com a coleta de dados em junho de 1969. Foram encontradas uma notícia e uma nota. A primeira, veiculada no dia 19 com o título “Paraíso de nudistas no Chile”, foi publicada na coluna “Dos 4 cantos”, que reunia fatos internacionais.

Vinte e cinco “travestis” que participavam numa gigantesca orgia numa casa particular de Antofagada, Chile, foram detidos pela polícia. Da “festa” participavam 50 homens e apenas uma mulher. Os policiais, presentes no lugar em virtude de um chamado telefônico, pediram reforços, mas numerosos participantes da orgia conseguiram fugir pelas janelas dos telhados vizinhos ao “templo do amor”. (Paraíso de nudistas no Chile. Caderno Folha Ilustrada, 19/06/1969, p. 22).

O primeiro destaque é para o uso da nomeação travesti, identificando-as como homens (“detidos pela polícia”). Em seguida, é possível observar como determinados nomes aparecem entre aspas: “travestis”, “templo do amor” e “festa”.

A polícia prendeu oito “travestis” e 17 homens nus, que ao serem levados ao quartel policial, se cobriram com peças do “sexo fraco”, das quais se haviam despojado depois de espetacular “strip-tease”. Informou-se posteriormente que, no lugar, a polícia encontrou grande quantidade de cocaína, embora nenhum dos detidos apresentasse mostras de haver consumido a droga (AFP). (Paraíso de nudistas no Chile. Caderno Folha Ilustrada, 19/06/1969, p. 22).

No trecho anterior, há necessidade de separar homens presos e travestis com destaque ao uso de roupas do “sexo fraco” em referência ao universo feminino. No entanto, há intencionalidade de questionar o nome travesti, colocado entre aspas. O segundo conteúdo encontrado em junho de 1969 foi uma nota direcionada ao lançamento do filme “*Enfim sós... com o outro*”.

Rogéria, ex-maquiadador da TV Rio, é hoje, o travesti mais famoso do Brasil, e tornou-se um artista popular e possuidor de alto espírito profissional. Esmerado é seu cuidado nas roupas, na maquiagem e mesmo em sua forma física. Ele participa do filme *Enfim sós...com o outro*. [...] Esta maliciosa comédia estréia sábado no cine República. (*Enfim sós...com o outro*. Caderno Folha Ilustrada, 20/06/1969, p. 25).

A obra foca em dois irmãos gêmeos e suas aventuras amorosas com mulheres⁶. Rogéria aparece como destaque por ser “o travesti mais famoso do Brasil” com “alto espírito profissional”. Conteúdos da época associam o nome travesti ao masculino inserido ou na negatividade da prática sexual ou no reconhecimento artístico.

Em junho de 1979, uma reportagem foi publicada no dia 24, com o título “A menor (do abandono à prostituição)”, no Caderno Folhetim, suplemento dominical de cultura que circulou entre as décadas de 70 e 80. A existência não heterossexual é nomeada como “amor homossexual”, “estranha organização homossexual” e “homossexualismo”. Em duas páginas, é descrito como meninas vivem entre o abandono nas ruas de São Paulo e a reclusão na Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem).

São minoria nos bandos e nas ruas. Vivem como seus iguais masculinos, miseráveis e ativas. Preparadas para os assaltos na escola dos furtos nas feiras, formadas em malandragem por outras, mais velhas. Acabam prostitutas ou nos presídios femininos, mesmo sonhando casar, estudar. Internas, aprendem o amor homossexual, aprendem a castigar alcaguetas, odiar adultos, planejar vinganças. (A menor abandonada. Caderno Folhetim, 24/06/1979, p. 8-9).

O “amor homossexual” apresenta a relação como equivocada no contexto das jovens em conflito com a lei. A agressividade das nomeações segue com a “estranha organização homossexual” ao delimitar a rede afetiva das personagens.

Nesta unidade, reunião de duzentas menores “infratoras”, criou-se a estranha organização homossexual estruturada nos moldes de uma família. [...] As meninas – perto de cinquenta – pertencentes a este grupo, sofreram uma modificação de personalidade tão profunda que dificulta até mesmo para elas uma identificação sexual. (A menor abandonada. Caderno Folhetim, 24/06/1979, p. 8-9).

Em 1989, a cobertura reuniu significativa quantidade de conteúdo, pois entre os dias 05 e 10 aconteceu a 5ª Conferência Internacional sobre Aids, no Canadá. Foram 22 conteúdos (17 relacionados ao contexto HIV/Aids). A comunidade LGBTQI+, na cobertura do HIV/Aids, aparece em sete matérias principais e em oito coordenadas, além de duas notas.

Fora do cenário HIV/Aids, foram cinco conteúdos (duas notas, duas matérias e uma coordenada). As nomeações de todos os conteúdos foram sistematizadas, porém, por conta do predomínio de informações ligadas ao HIV/Aids, os textos desse cenário serão priorizados. As mais recorrentes foram “infectados”, “homossexuais”, “aidéticos” e “doentes”, seguidas de outras menos frequentes como “portadores do vírus” e “grupos de risco”.

Muitas nomeações se referem a todos os soropositivos e vítimas da Aids, e não apenas à comunidade LGBTQI+. Porém, como

nesse período era forte o estigma em torno do “grupo de risco dos homossexuais”, as nomeações citadas levam em conta que, ao serem aplicadas a esse público, os nomes repercutem de forma mais danosa pelo histórico de exclusão e violência. Inicialmente nomeado como “câncer gay” ou “peste rosa”, havia ligação direta entre ser portador do vírus HIV e ser associado à homossexualidade, quadro alterado apenas quando outros setores da população adoecem e muda-se a orientação das pesquisas e o discurso em relação à doença (Perlongher, 1987).

Em 1999, a nomeação gay é a mais recorrente nos 16 conteúdos. Foi registrada em 10 exemplos e aparece em 11 variações a partir da palavra gay. São elas: “movimentos gays”, “ícones gays”, “parada gay”, “militância gay”, “primeiro programa gay”, “comunidade gay”, “revista gay”, “mundo gay”, “mês do orgulho gay”, “dia do orgulho gay” e “manifestações gays”.

No último mês de análise, em 2009, a temática LGBTQI+ esteve presente ao longo do mês, em especial por conta da 13ª edição da Parada Gay. Entre as matérias, nove são relacionadas ao evento, proporção maior entre as notas (foram seis coletadas com cinco dedicadas ao mesmo tema). As nomeações mais recorrentes são “gay”, “homossexuais” e “lésbica”. Outras nomeações em menor quantidade foram “homossexualidade”, “bissexuais”, “drag queen”, “LGBT” e “transexuais”.

Tabela 1 – Nomeações mais recorrentes.

1969	1979	1989	1999	2009
Travesti	Amor homossexual	Infectados	Gay	Gay
	Estranha organização homossexual	Homossexuais	Homossexuais	Homossexuais
	Homossexualismo	Doentes	Lésbica	Lésbica
	Homossexuais		Travestis	
	Afeminado			

Fonte: produção do autor.

Tabela 2 – Quantitativo de conteúdos por ano.

Ano	Material coletado
1969	02
1979	01
1989	22
1999	16
2009	29
	Total: 70

Fonte: produção do autor.

4 2 Uso das fontes

Com as nomeações isoladas por períodos, parte-se para a observação dos tipos de fontes acionadas a partir da categorização de Schmitz (2011). De forma quantitativa, nos cinco meses houve o registro de 187 fontes distribuídas da seguinte forma: especializadas (27%), oficiais (21,5%), populares (15%), institucionais (12,9%), testemunhais (10,2%), referenciais (7%), empresariais (4,3%) e notáveis (2,1%). Em 18 conteúdos, não havia identificação de fontes.

Tabela 3 – Categorização das fontes.

Especializada	Oficial	Popular	Institucional	Testemunhal	Referencial	Empresarial	Notável
1969 – 0	1969 – 1	1969 – 0	1969 – 0	1969 – 0	1969 – 0	1969 – 0	1969 – 0
1979 – 2	1979 – 2	1979 – 4	1979 – 0	1979 – 0	1979 – 0	1979 – 0	1979 – 0
1989 – 27	1989 – 12	1989 – 1	1989 – 5	1989 – 0	1989 – 4	1989 – 1	1989 – 0
1999 – 8	1999 – 5	1999 – 0	1999 – 5	1999 – 18	1999 – 1	1999 – 5	1999 – 4
2009 – 13	2009 – 20	2009 – 23	2009 – 14	2009 – 1	2009 – 8	2009 – 2	2009 – 1
Total: 50	Total: 40	Total: 28	Total: 24	Total: 19	Total: 13	Total: 8	Total: 5
27%	21,5%	15%	12,9%	10,2%	7%	4,3%	2,1%

Fonte: produção do autor.

A distribuição das fontes serve de observação para três aspectos:

- 1) O aumento na quantidade de fontes especializadas em 1989;
- 2) Como as fontes populares ganharam espaço na cobertura de 2009;
- 3) A ampliação no quantitativo de fontes testemunhais em 1999.

Em 1989, o aumento das fontes especializadas está ligado à presença de médicos e pesquisadores que validam o discurso do saber em relação ao HIV/Aids. Essas fontes são cruciais à proliferação das nomeações como “infectados”, “aidéticos” e “doentes”. Há o não reconhecimento de sujeitos como fontes institucionais, aquelas que atuam em organização sem fins lucrativos ou grupo social. Essas fontes eram inseridas sem protagonismo diante das falas de médicos e pesquisadores.

Nos conteúdos de 2009, foi possível reconhecer 28% de fontes populares. O índice revela a presença frequente de um elemento nas matérias: os personagens inseridos como cidadãos que reivindicam, são vítimas ou testemunhas. A força da nomeação vem atrelada às pessoas que têm suas histórias contadas e novos sentidos são atrelados a nomes como “gay”, “homossexual” e “lésbicas”.

Em 1999, há o predomínio da categoria testemunhal (39,2%), fontes que relatam algo vivenciado como verdade que emerge a partir do seu olhar em relação aos fatos. É o caso da reportagem “O prazer é todo seu”, que aborda o cotidiano de garotos de programa e possui 14 fontes entre profissionais do sexo e sua clientela.

A relação com as fontes ajuda a compreender como nomeações são estruturadas em sentidos que partem dos sujeitos que compõem o discurso jornalístico. São os médicos e especialistas que reforçam as nomeações “aidéticos” e “infectados” na década de 1980, assim como pessoas da comunidade LGBTQI+, em 2009, são projetadas em um processo de visibilidade que reconfigura o entendimento do que vem a ser alguém que se intitula gay, homossexual ou lésbica.

4 3 Enquadramentos

No dois primeiros períodos, 1969 e 1979, a quantidade de conteúdo coletado impossibilita uma análise de *frames*: foram uma notícia e uma nota em 1969, e uma reportagem em 1979. Esse *corpus* fragiliza a localização de coocorrência de termos e regularidades. A partir de 1989, é possível avançar com 15 matérias e coordenadas no contexto HIV/Aids, sendo 11 com três tipos de *frames*: relatório de casos; possível cura ou vacina; fala de pesquisadores.

Cada um foi encontrado em quatro matérias, enquanto outras três tiveram apenas um enquadramento, cada. O primeiro *frame* reúne a divulgação de casos da doença. Costumam

prevalecer nesse cenário as nomeações como “aidéticos”, “homossexuais” e “homossexualismo”, cultivando a ideia de um “grupo de risco” estar mais propenso a propagar a doença. São matérias que trazem em seus títulos a relação numérica de crescimento ou queda, como por exemplo: “Aids deve triplicar até o ano 2000, diz OMS”.

O segundo *frame* revela anseio pela cura ou vacina e costuma estar atrelado a nomes como “infectados” e “portadores da infecção”. Nos títulos, palavras como “cura”, “vacina” e “tratamento” predominam, como em “Conferência sobre Aids enfoca novos tratamentos”. O terceiro *frame* valoriza a divulgação de pesquisas e falas de pesquisadores, a exemplo de “Pesquisadores ainda duvidam de que o vírus HIV seja a causa da doença”.

Em 1999, os conteúdos remetem a três enquadramentos. O primeiro é a luta pela exposição midiática, identificado em 11 conteúdos. A comunidade LGBTQI+ reivindica exposição midiática para reforço de sua resistência e o nome “gay” é utilizado para qualquer identidade fora da heterossexualidade. Alguns exemplos de títulos são: “Gays ganham espaço na TV” e “Gays também vão se reunir”.

O segundo *frame*, localizado em três conteúdos de 1999, foi batizado de ocupação de espaços. Exemplos: “EUA têm 1º embaixador homossexual” e “Tribunal reconhece união entre lésbicas no Rio Grande do Sul”. O terceiro enquadramento foi classificado como exposição da prática sexual e reúne conteúdos ligados à sexualidade. Foi mapeado em dois exemplos: a reportagem “O prazer é todo seu”, que narra a rotina de profissionais do sexo, e “Tudo por dinheiro”, entrevista com modelos que fizeram uma campanha *seminus*.

Em 2009, foram observados enquadramentos em dois blocos. O primeiro, com 14 textos, cita LGBTQI+ em diferentes editorias, como economia, mundo e cotidiano. O segundo, com 15 conteúdos, é direcionado à Parada do Orgulho LGBT. Entre o material coletado no grupo inicial, quatro eram voltados a combater o preconceito, em especial por meio de relatos dos personagens. Entre os títulos estão: “Eu amo igual” (jovens se reúnem para trocar experiências) e “Abrindo portas” (executivos contam o desafio de ser homossexuais no mundo corporativo).

Outros quatro enquadramentos foram observados na cobertura: luta política, sexualidade, entretenimento e consumo. Os três primeiros aparecem em três matérias, enquanto o último foi registrado em uma. No segundo bloco, os enquadramentos mais

recorrentes são o da violência (relata crimes no evento) e o de serviço (tentativa de orientar e sugerir dicas aos leitores). Há ainda três *frames*: festividade, com detalhes dos preparativos, o que valoriza o tom político e a apresentação de projeções para o futuro da festa.

5 Análise enunciativa

Executaremos a análise a partir de dois enunciados coletados em cada período, selecionados com base nas nomeações mais recorrentes. Em todos serão indicados os quatro elementos que explicam a construção enunciativa (referente, sujeito, campo associado e materialidade) (Fischer, 2012). De 1969, os dois enunciados são: (1) “Vinte e cinco ‘travestis’ que participavam numa gigantesca orgia numa casa particular de Antofagada, Chile, foram detidos pela polícia”; e (2) “Rogéria, ex-maquizador da TV Rio, é hoje, o travesti mais famoso do Brasil, e tornou-se um artista popular e possuidor de alto espírito profissional”.

O referente é a figura travesti. No primeiro enunciado, é nomeada entre aspas como existência a ser questionada. No segundo, aparece na imagem de artista masculino. O sujeito reside nas duas estruturas montadas à ideia do ser travesti. De um lado, a prática sexual criminalizada e passível de punição, do outro, o reconhecimento social do campo artístico. Ou seja, pelo sexo a travesti está no crime, mas na arte ela pode ser reconhecida.

O campo associado está ligado ao fato de, na década de 60, o mundo ocidental ter começado a encarar as dissidências sexuais e de gênero como elementos mercedores da esfera pública. “Nesse período, diversos comportamentos sexuais tidos como tabus começaram a ganhar visibilidade, revolucionando e ocupando novos lugares” (Prado & Machado, 2012, p. 30–41).

Nesse período, parte da materialidade reside nos registros de inserção no meio artístico. É por meio de figuras como Rogéria que travestis entram midiaticamente nos lares brasileiros. A arte colabora para a identidade de gênero travesti encontrar brechas nos regimes de preconceito, e meios de comunicação passam a visibilizar essa existência para além do mercado do sexo. É o início do processo de “exploração comercial do homossexual” a partir de boates para gays da classe média e casas noturnas, bares, saunas, cinemas e casas de banho (Prado & Machado, 2012, p. 30).

É entre as décadas de 60 e 70 que emerge a categoria transexual, e o discurso médico começa a trabalhar terapias hormonais e cirurgias. Esse grupo luta contra a violência policial e a dificuldade de inserção no mercado de trabalho, e pauta o enfrentamento à lógica machista e excludente (Facchini & Rodrigues, 2018, p.235). Essa materialidade enunciativa é reforçada com a emblemática Revolta de Stonewall e, no Brasil, existia um movimento criador de nomeações.

[...] na década de 1960 surge um novo termo para nomear uma figura social cada vez mais comum e aceita, o “entendido” e a “entendida”, uma espécie de equivalente tupiniquim do gay, que se alastra nos Estados Unidos na mesma época. O “entendido” e o gay vieram a denominar fundamentalmente pessoas que “transam” pessoas do mesmo sexo sem que adotassem necessariamente os “trejeitos” associados às figuras da “bicha” ou do “sapatão”. Ao contrário destas, as novas palavras não são pejorativas. (Fry & MacRae, 1985, p. 24).

Quando avançamos ao conteúdo de 1979, os dois enunciados são: (1) “Aqui, o homossexualismo é a norma. O trivial. E algumas meninas, por se tornarem homossexuais, tornam-se igualmente as líderes, donas da vida e da morte de suas companheiras”; e (2) “Nesta unidade, reunião de duzentas menores ‘infradoras’, criou-se a estranha organização homossexual estruturada nos moldes de uma família”.

O referente está nos nomes homossexual e homossexualismo. O sujeito está ligado à posição de anormalidade, é relegado a esse referente a posição subalterna dos que fissuram a norma. O campo associado está fincado em estruturas sociais que validam esse saber em relação ao outro, como a religiosa e a médica. Ao classificar “homossexualismo” como nome (referente), evocava-se essa nomenclatura por considerar a homossexualidade uma doença.

Entra-se aí na materialidade: os termos ganham disseminação por meio do discurso psiquiátrico e, em seguida, são fortalecidos com códigos penais que instauram perseguição legal às sexualidades desviantes. Se o homossexual era doente, homossexualismo nomeava a enfermidade (Miskolci, 2007).

Quando o enunciado afirma: “Aqui, o homossexualismo é a norma”, remete-se à anormalidade em um espaço de criminalidade com jovens encarceradas. Quando o jornal diz existir a “estranha organização homossexual estruturada nos moldes de uma família”, é tipificado que a estrutura familiar (regida por leis e moralidade) é deturpada por sujeitos desviantes. As áreas do conhecimento voltadas

ao comportamento humano, como psiquiatria e psicologia, são responsáveis por emanar um processo discursivo de patologização desses sujeitos (Miskolci, 2007).

Ao olharmos para 1989, a análise enunciativa parte de dois exemplos: (1) “Os aidéticos vão somar 4,5 milhões em todo o mundo até 1999. Hoje são 500 mil. O número de portadores do vírus da Aids – antes de manifestar a doença – deve triplicar em dez anos”; e (2) “O grupo de risco dos homossexuais é o que apresentou um maior percentual de casos (37,2%), seguido dos usuários de drogas (22,4%), bissexuais (14,2%), heterossexuais (9,7%)”.

O referente é a pessoa infectada. A partir da revelação do contágio, ganha-se a marca social subalternizada. Os sujeitos recebem nomeações como aidéticos, portadores de vírus e grupo de risco. Sobre o campo associado, a rede de saber tomada pela medicina é a principal fortalecedora desse sentido. O conhecimento médico é o principal agente da disseminação de nomeações que colocam o portador do vírus HIV como alguém à espera da morte.

A nomeação “grupo de risco dos homossexuais” aparece logo depois da descoberta da doença. Perlongher (1987) conta que entre 1980 e 1981, após o processo de “revolução sexual” da década anterior, uma série de mortes começou a ser registrada em São Francisco, cidade com expressiva comunidade LGBTQI+ nos Estados Unidos. A primeira nomeação foi GRID (*Gay Related Immune Deficiency*). Em português: Deficiência Imunológica Relacionada aos Gays.

No âmbito da materialidade, as primeiras referências são disseminadas em jornais e revistas com a Aids nomeada de “câncer gay” e “peste rosa”. Os estigmas “aidéticos” e “grupo de risco” alimentaram a histórica abjeção a esses corpos (Perlongher, 1987, p. 8). Esse processo fez com que movimentos sociais aderissem à luta que “mesclava uma dimensão identitária e uma condição de risco”. A questão de sobrevivência reforçou a organização do movimento homossexual para demandas nas áreas de saúde e família, como assistência médica e direito de acessar herança e pensão (Camarotti, 2009, p. 60).

A contestação da sociedade civil tensiona o discurso do saber proferido pelos médicos e pesquisadores. A medicina, ao lado da Igreja e do Estado, é um dos setores responsáveis pela disseminação de enunciados que fortalecem a rejeição ao dissidente da heterossexualidade (Fry & MacRae, 1985; Perlongher, 1987; Foucault, 1988).

Ao avançarmos para 1999, dois enunciados foram selecionados: (1) “Ícones gays aparecem cada vez mais na programação das emissoras”; e (2) “Depois que Harvey Milk se tornou o primeiro homem gay assumido na história eleito para um importante cargo político, as mensagens não pararam de chegar”.

O referente é a figura gay. No primeiro exemplo, é o nome com função de representar toda a categoria social, como se o termo gay fosse suficiente para abarcar as representações da sigla LGBTQI+. No segundo, gay é inserido como homem homossexual. Simboliza o sujeito em posição de visibilidade, a identidade passa a ser reconhecida no contexto de ocupação de espaço, e não mais associada apenas ao cenário do HIV/Aids. Essa é uma redução da complexa relação que envolve a sigla LGBTQI+ a uma identidade, a dos gays.

Há, na comunidade LGBTQI+, debates por conta da participação de homens homossexuais em detrimento das outras identidades. Péret (2011) explica que o uso da palavra gay, cujo significado é alegre, em inglês, teve início, nos Estados Unidos, em 1950, para identificar homens que se relacionavam sexualmente com outros. A partir dos anos 60, a expressão se prolifera e, no Brasil, contribuiu à formação da “identidade gay”, diluindo “marcas negativas da categoria homossexual” (Facchini & Rodrigues, 2018, p. 235).

No âmbito do campo, enunciados são produzidos para reforçar que a homossexualidade deve ser considerada “como uma forma de sexualidade tão legítima quanto a heterossexualidade” (Borrillo, 2010, p.14). Um exemplo é sua retirada da lista de doenças da Organização Mundial de Saúde (OMS), em 1990. Em seguida, surgem coletivos de lésbicas e travestis com pautas pelo reconhecimento das categorias identitárias, não sendo aceito que apenas o homem branco, gay e com alto nível de escolaridade se transforme em porta-voz.

É no final dessa década, em 1998, que o termo homofobia ganha amplitude. Borrillo (2010, p.21) explica que a palavra surge em 1971, quando o psicólogo K. T. Smith publica artigo no qual analisava características da personalidade homofóbica. No ano seguinte, G. Weinberg define homofobia como “o receio de estar com um homossexual em um espaço fechado e, relativamente aos próprios homossexuais, o ódio por si mesmo” (Weinberg⁷ como citado em Borrillo, 2010, p. 21). Entre as décadas de 70 e 80 o termo ganhou novos ajustes até ser consolidado.

A atualização do sentido de homofobia é um elemento

que exemplifica a materialidade. A década de 90 é marcada pela consolidação de estudos, encabeçados por autoras feministas, que começam a transformar o modo como as relações de gênero e sexualidade são encaradas. São inaugurados, por exemplo, os Estudos *Queer*, desenvolvidos a partir do final dos anos 80 por “uma série de pessoas pesquisadoras e ativistas bastante diversificadas, especialmente nos Estados Unidos”. Novos enunciados reconfiguram sentidos aos nomes aplicados aos sujeitos, e a própria palavra *queer*, usada para nomear como estranhos, ridículos ou excêntricos, passa a ser positivada (Colling, 2018, p. 24–25).

Outras batalhas enunciativas são evidenciadas em 2009. Dois enunciados servem à análise: (1) “Grupo de gays, lésbicas e transexuais *teens* se reúne uma vez por mês para se ajudar e dançar”; e (2) “Cerca de 400 mil turistas são esperados para esta edição da Parada do Orgulho LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros) em São Paulo, dona do título de maior parada gay do mundo”.

Os referentes são pessoas projetadas à não heterossexualidade. O jornal evidencia a pluralidade das identidades de gênero e das orientações sexuais. Os sujeitos ocupam a posição de agentes da luta social, são aqueles que se reúnem, seja em grupos de apoio ou eventos para multidões, para reforçar a diversidade como elemento a ser defendido.

O campo associado está em enunciados produzidos no reforço da luta LGBTQI+. A dinâmica política do país contribui para essa realidade. Em 2011, foi reconhecida a constitucionalidade da união estável entre pessoas do mesmo sexo e o Supremo Tribunal Federal reconheceu essas relações como entidades familiares. Em 2013, cartórios receberam a determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para registrar o casamento civil dessa população e, em 2016, o CNJ normatizou o registro de filhos gestados por reprodução assistida sem distinção pela orientação sexual do núcleo familiar (Facchini & Rodrigues, 2018).

Em contrapartida, ainda no campo associado, enunciados começam a ser produzidos para se contrapor à visibilidade. Setores conservadores têm impedido avanços no âmbito do poder legislativo, além do fortalecimento da bancada evangélica que conseguiu suspender projetos como “Escola sem Homofobia”. Por fim, essa disputa enunciativa reverbera na materialidade.

Ela está disseminada na batalha discursiva. Gravada nas audiências e plenárias oficiais do Estado, disseminada em discursos

que ecoam pelas redes sociais, arquivadas em projetos de lei que dependem do jogo político para aprovação. A materialidade das nomeações em 2009 encontra um cenário de disseminação ampla dos enunciados pelo uso político feito de modo mais acirrado nas redes sociais, fenômeno que será mais explorado na versão final desta pesquisa.

6 Considerações finais

Esse artigo é resultado de reflexões em uma pesquisa voltada a pensar a nomeação como fundamento do jornalismo. Para isso, dois objetivos foram desbravados: (1) identificar como pessoas LGBTQI+ foram nomeadas em um veículo de referência em diferentes contextos históricos dos séculos XX e XXI; (2) apresentar proposta metodológica para análise das nomeações em três etapas: análise de conteúdo, observação do enquadramento e fontes e, por fim, análise enunciativa. Em relação ao primeiro objetivo, foram localizadas 80 diferentes nomeações em 70 conteúdos com 187 fontes.

Os resultados sugerem a nomeação não como etapa da produção noticiosa, como indica Lage (2002), pois ela está enraizada nas possibilidades. Se, por um lado, fontes sugerem nomeações e os possíveis enquadramentos alimentam determinados nomes, é no contexto histórico e social que residem elementos delimitadores para determinados nomes serem escolhidos em detrimento de outros.

Essa lógica não impede a existência da relação inversa: situações em que a nomeação venha a existir a partir do jornalismo. Porém, os jornais oferecem leituras da atualidade e seus enunciados promovem disseminação de sentidos que ajudam na compreensão de determinadas realidades. Suas funções básicas como informar, orientar, interpretar e difundir conhecimentos (Beltrão, 1960), bem como suas características centrais como periodicidade, universalidade, atualidade e publicidade (Groth, 2011), são aspectos incompletos sem os nomes.

Pensada como fundamento, razão de ser, a nomeação de objetos de realidade carece de problematizações e delimitações conceituais a partir do arcabouço teórico jornalístico. Pensar a nomeação a partir da filosofia, linguística, semiótica e outras áreas do saber, colabora no entendimento do objeto, porém, deixa lacunas

para um fenômeno ligado às peculiaridades do jornalismo enquanto instituição social.

Por meio das nomeações, é possível identificar como um grupo foi estigmatizado em determinado período. Pelas nomeações, a comunidade LGBTQI+ foi ridicularizada, rotulada como doente e, na atualidade, encontra espaço para reivindicar. Suas afetividades deixam de ser nomeadas como “estranha organização homossexual”, bem como a realidade do HIV/Aids não aparece agressivamente associada a “infectados” e “doentes”.

Fejes (1993; 2008) identifica que pesquisadores tendem a centralizar inquietações em como a mídia constrói sentidos à homossexualidade e aos homossexuais. Com a pesquisa centrada na nomeação, pretende-se reforçar a importância do jornalismo como forma de conhecimento crucial às lutas identitárias. Como instrumento da história e da memória, o jornalismo não existe sem nomeações, pois estão nos nomes os rótulos sociais demarcadores do campo de batalha discursivo. Como ensina Rajagopalan (2003, p. 84), “toda notícia, toda reportagem jornalística, começa com um ato de designação, de nomeação”.

Além de projetar a nomeação como fundamento do jornalismo, é proposto um método de análise que tem o texto como ponto de partida. Representações midiáticas são identificadas em *frames* a partir de ferramentas que instigam aspectos históricos dos regimes de existência da comunidade subalternizada. O caminho metodológico pode ser aperfeiçoado, mas acredita-se que sirva de passo inicial à compreensão de como a nomeação acontece de modo específico no jornalismo e, por isso, é preciso se debruçar em estudos para entender como enxergamos os objetos de realidade a partir das lentes oferecidas pelos nomes no jornal.

NOTAS

- 1 LGBTQI+ significa lésbicas, gays, bissexuais, o universo trans (transexuais e travestis), *queers*, intersex e, no caso do +, abarca qualquer formação identitária dissidente da heterossexual e não contemplada nas demais letras da sigla.
- 2 Chamado também de Levante de Stonewall, o caso aconteceu em 28 de junho de 1969. Segundo Péret (2011, pp. 29–31), o bar Stonewall, em Nova York, era alvo constante de batidas

policiais por vender bebidas sem alvará e apresentar shows de dançarinos nus. Naquela noite, travestis se rebelaram contra a polícia e mais pessoas se uniram contra o poder repressor. “Para a comunidade gay, além de representar a insubordinação e a reação de pequenos grupos de homossexuais – em sua maioria latinos, pobres e travestis – à truculência policial, Stonewall significou a irrupção do movimento de defesa dos direitos dos homossexuais nos Estados Unidos e, posteriormente, no mundo.”

- 3 Heteronormatividade é um conceito criado em 1991 por Michael Warner e delimita como o padrão de sociabilidade heterossexual é imposto mesmo aos não heterossexuais. É o caso da exigência de que homens podem ser gays, desde que se comportem a partir de padrões do masculino heterossexual (Colling & Nogueira, 2015).
- 4 Fejes (1993; 2000; 2008) não destaca outras identidades além da gay e lésbica. Para não contribuir com o histórico apagamento das identidades, optamos por utilizar LGBTQI+.
- 5 Original: “Among other things, the epidemic dramatically affected media organizations attitudes about gay and lesbian topics and openly gay and lesbian employees. Media institutions had traditionally been recognized as homophobic (Pierson, 1982); until the 1980s an openly gay or lesbian journalist, editor, broadcaster, actor, film producer was rare”.
- 6 Informações no site da Cinemateca Brasileira: www.cinemateca.gov.br
- 7 Weinberg, G. (1972). *Society and the Healthy Homosexual*. Nova York: Saint Martin's Press.

REFERÊNCIAS

- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Beltrão, L. (1960). *Iniciação à filosofia do jornalismo*. Rio de Janeiro: Agir.
- Bond, F. (1959). *Introdução ao jornalismo*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora

Borrillo, D. (2010). *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

Butler, J. (2014). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (7ª ed). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Butler, A. (2019). Toxic Toxteth: understanding press stigmatization of Toxteth during the 1981 uprising. *Journalism Quarterly*, publicado online, 1–16. DOI: 10.1177/1464884918822666

Bush, C. R., & Bullock, R. K. (1952). Names in the News: A Study of Two Dailies. *Journalism Quarterly*, 29(2), 148-157. DOI:10.1177/107769905202900202

Camarotti, R. (2009). *A trajetória do movimento LGBT: A luta por reconhecimento e cidadania no contexto brasileiro e baiano* (dissertação de mestrado). Universidade Federal da Bahia. Recuperado de <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/19823>

Carvalho, C. A. (2012). *Jornalismo, homofobia e relações de gênero*. Appris: Curitiba (Coleção jornalismo).

Colling, L., & Nogueira, G. (2015). Relacionados mas diferentes: sobre os conceitos de homofobia, heterossexualidade compulsória e heteronormatividade. In A. Rodrigues, C. Dallapicula & S.R.S Ferreira (Orgs.), *Transposições: lugares e fronteiras em sexualidade e educação* (pp. 173–185). Vitória: Edufes.

Colling, L. (2018). *Gênero e sexualidade na atualidade*. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância.

Duncan, M., Culver, K. B., McLeod, D., & Kremmer, C. (2019). Don't Quote me: effects of named, quoted, and partisan news sources. *Journalism Practice*, 13(9), 1128–1146. DOI: 10.1080/17512786.2019.1588148

Entman, R. M. (2010). Framing Media Power. In: P. D'Angelo, J. Kuypers, A. Jim (Orgs), *Doing News Framing Analysis: empirical and theoretical perspectives* (pp. 331 – 355). Routledge: Taylor & Francis Group, New York and London.

Facchini, R. & Rodrigues, J. (2018). É preciso estar atento (a) e forte: histórico do movimento LGBT e a conjuntura atual. In L. Nogueira, E. Hilário, T. T. Paz, & K. Marro (Orgs.), *Hasteemos a bandeira colorida: diversidade sexual e de gênero no Brasil* (pp. 231–262). São Paulo: Expressão Popular.

Facchini, R. (2010). Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. *Cadernos AEL*. Recuperado de <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2510>

Fejes, F. (2008). *Gay rights and moral panic: the origins of America's debate on homosexuality*. New York: Palgrave Macmillan.

Fejes, F., & Petrich, K. (1993). Invisibility, homophobia and heterosexism: lesbians, gays and the media. *Critical Studies in Mass Communication*, 10(4), 396–420. DOI: 10.1080/15295039309366878

Fischer, R. M. B. (2012). *Trabalhar com Foucault: arqueologia de uma paixão*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, Coleção Estudos Foucaultianos.

Folha de S. Paulo (Org.). (2011). *Manual de redação* (17ª ed.). São Paulo: Publifolha.

Fonseca Jr., W. C. (2015). Análise de conteúdo. In J. Duarte, A. Barros (Orgs.), *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação* (2ª ed., pp. 282–304). São Paulo: Atlas.

Foucault, M. (1988). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

Foucault, M. (2014). *A arqueologia do saber* (8ª ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Foucault, M. (2016). *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas* (10ª ed.). São Paulo: Martins Fontes.

Franciscato, C. E. (2005). *A fabricação do presente: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira.

Franciscato, C. E. (2014). Limites teóricos e metodológicos nos estudos sobre a noticiabilidade. In G. Silva, M. P. Silva, & M. L. Fernandes (Orgs.), *Critérios de noticiabilidade: problemas conceituais e aplicações* (pp. 85 – 113). Florianópolis: Insular.

Fry, P., & MacRae, E. (1985). *O que é homossexualidade*. Abril Cultural: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos.

Genro Filho, A. (2012). *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Florianópolis: Insular, série Jornalismo a Rigor [1987].

Goodman, G., & Boudana, S. (2016). The language of objectivity: Reuters' internal editorial discussions on terminology in the Arab–Israeli conflict. *Journalism*, 20(03), 410–426. DOI: 10.1177/1464884916674230

Groth, O. (2011). *O poder cultural desconhecido: fundamento da ciência dos jornais*. Tradução de Liriam Sponholz. Petrópolis, RJ: Vozes.

Guimarães, E. (2003). Designação e espaço de enunciação: um encontro político no cotidiano. *Revista Letras*, 26, 53–62. DOI: 10.5902/2176148511880

Guimarães, E. (2017). *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação* (4ª ed.). Campinas, SP: Pontes.

Kieling, C. G. (2015). Narrativas midiáticas e memória: o caso da Avenida da Legalidade e da Democracia. *Revista Rizoma*, 3(02), 90–105. DOI: 10.17058/rzm.v3i2.6141

Lage, N. (2002). *Estrutura da notícia* (17ª ed). São Paulo: Ática.

Leal, B. S., & Carvalho, C. A. (2012). *Jornalismo e homofobia no Brasil: mapeamento e reflexões*. Intermeios: São Paulo.

Lippmann, W. (2010). *Opinião pública* (2ª ed). Petrópolis. RJ: Vozes, Coleção Clássicos da Comunicação.

MacRae, E. (2018). *A construção da igualdade: política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”*. Salvador: Edufba.

Marques de Melo, J. (2003). *Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro* (3ª ed.). Campos do Jordão: Mantiqueira.

Meditich, E. (1992). *O conhecimento do jornalismo*. Florianópolis: Ed. da UFSC.

Miskolci, R. (2007). Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. *Cadernos Pagu*, (28), 101-128. DOI: 10.1590/S0104-83332007000100006

Moritz, M. (2010). Getting it straight: gay news narratives and changing cultural values. In A. Stuart (Org.), *The Routledge Companion to News on Journalism* (pp. 320–330). London and New York: Routledge Group.

Park, R. (1972). A notícia como forma de conhecimento: um capítulo da sociologia do conhecimento. In C. Steinberg (Org.), *Meios de comunicação de massa* (pp. 168–185). São Paulo: Cultrix [1940].

Péret, F. (2011). *Imprensa gay no Brasil*. São Paulo: Publifolha.

Perlongher, N. (1987). *O que é Aids* (4ª ed.). Editora Brasiliense: Coleção Primeiros Passos.

Pozobon, R. O., & Garcia, A. D. (2017). Brasil “mau pagador”: estratégias argumentativas na construção social da crise política, econômica e de representação do governo Dilma. *Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação da Comunicação*

e da Cultura (Eptic), 19(1), 44–59. Recuperado de seer.ufs.br/index.php/epctic/article/view/6354/5268

Prado, M. A. M., & Machado, F. V. (2012). *Preconceitos contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade* (2ª ed). São Paulo: Cortez (coleção preconceitos).

Rajagopalan, K. (2003). Designação: a arma secreta, porém incrivelmente poderosa, da mídia em conflitos internacionais. In K. Rajagopalan (Org.), *Por uma Linguística Crítica: linguagem, identidade, e a questão ética* (pp. 81–88). São Paulo – SP: Parábola.

Ribeiro, I. R. (2010). *A TV no armário: a identidade gay nos programas e telejornais brasileiros*. São Paulo: GLS.

Sahin, S. (2018). Coming out: the role of journalism in social exclusion of LGB people. *Journalism*, publicado online, 01–16. DOI: 10.1177/1464884918769462

Santana, E. L. (2018). *LGBT como pauta do jornalismo: visibilidade e limitações*. Salvador (BA): Editora Devires.

Seixas, L. (2009). *Redefinindo os gêneros jornalísticos: Proposta de novos critérios de classificação*. Covilhã: série Estudos em Comunicação, LabCom Books.

Serrano, Y. (2016). Naming the combatants of the colombian armed conflict in news broadcasts: The discursive positioning of journalists. *Palavra Chave*, 19(1), 57–84. DOI: 10.5294/pacla.2016.19.1.3

Schmitz, A. A. (2011). *Fontes de notícias: ações e estratégias das fontes no jornalismo*. Florianópolis: Combook.

Trevisan, J. S. (2002). *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade* (5ª ed). Rio de Janeiro: Record.

Tuchman, G. (1999). Contando estórias. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: questões, teorias e estórias* (2ª ed., pp. 258–262). Coleção: Comunicação & Linguagens.

Vultee, F. (2010). Credibility as a strategic ritual: the times, the interrogator, and the duty of naming. *Journal of Mass Media Ethics: exploring questions of media morality*, 25(1), 03–18. DOI: 10.1080/08900521003621975

Zago, A. (2008). *Análise dialógica de palavras do trabalho dos policiais federais: da (re)criação à divulgação* (dissertação de mestrado). Universidade Católica de Pelotas, Pelotas. Recuperado de http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UCPe_f4d50cd99e31995751e37814e7e07ad6

Zhong, B., Mihailidis, P. & Zhou, Y. (2011). Naming suspects in terrorist

attacks: an inquiry of journalistic stereotypes in newspaper coverage of the 2005 London bombings. *China Media Research*, 07(2), 35–45. Recuperado de <http://www.chinamediaresearch.net/index.php/back-issues?id=50>

EDER LUIS SANTANA. Doutorando no Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas (PósCom) e integrante do Núcleo de Estudos em Jornalismo (NJOR), na Universidade Federal da Bahia (UFBa). Mestre em Cultura e Sociedade pelo Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Cultura e Sociedade (PósCultura/UFBa), é autor do livro *LGBT como pauta do jornalismo: visibilidades e limitações*. E-mail: eder.santana@gmail.com.